



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 49/2021
Pregão Presencial n.º 19/2021

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico os autos de Pregão Presencial para registro de preços para futura e eventual aquisição de um caminhão caçamba.

A licitação foi deflagrada a partir de pedido em comunicação interna formulada pelo prefeito Martins Dias de Oliveira, que ainda autorizou a instauração do presente processo administrativo de licitação.

Estão anexados ao processo o atestado de existência de dotação orçamentária para a despesa, três orçamentos apresentados por empresas do ramo, o Edital e o Anexo I (Termo de Referência) e Minuta da Ata de Registro de Preços.

Sendo o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:.

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.



O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 3.931, de 2001, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

A justificativa para a contratação é a necessidade de o Município tem na ampliação e modernização da infraestrutura e serviços para incremento da economia nos territórios rurais, sendo a aquisição da motoniveladora classificada como de vital importância para o desenvolvimento econômico do município.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo qual a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara".

No caso concreto, o objeto está devidamente descrito. O Anexo I, Termo de Referência especifica o item, referindo-se expressamente em relação à quantidade, potência, peso, cabine, dentre outras especificações, e preço médio.

Os recursos para a aquisição do bem são oriundos do CONVÊNIO MAPA Nº 889711/2019, celebrado com a UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

O TERMO DE CONVÊNIO, Clausula Décima – da Contratação com Terceiros, Subcláusula Terceira estabelece que;

Subcláusula Terceira: Para a aquisição de bens e serviços comuns será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 10.024/2019, preferencialmente na forma eletrônica, cuja inviabilidade deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.

De maneira que a administração deve justificar o motivo pelo qual o pregão será realizado através da forma presencial.

Estão anexados os orçamentos de preços fornecidos pelas empresas IVECO, MÔNACO DIESEL e ENZO CAMINHÕES. Os orçamentos servem para nortear esta prefeitura participante em elaborar o preço médio do produto no mercado regional e assegurar a vantajosidade da adesão em relação aos preços das peças.

Em relação ao Edital, Termo de Referência, e Minuta da Ata de Registro de Preços, considera-se que as mesmas reúnem os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, razão pela qual indica que seja aprovada.

CONCLUSÃO:

Em face ao exposto, o Parecer é favorável ao prosseguimento da contratação através da presente licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 16 de setembro de 2021.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 6641-B